

## MEMÓRIA E PATRIMÔNIO NA REGIÃO DAS MISSÕES DO RIO GRANDE DO SUL: OS USOS DO PASSADO NOS PROCESSOS DE EMANCIPAÇÃO DE SÃO MIGUEL DAS MISSÕES E NA CRIAÇÃO DO MEMORIAL COLUNA PRESTES DE SANTO ÂNGELO.

MEMORY AND HERITAGE IN THE RIO GRANDE DO SUL MISSION REGION: THE USES OF THE PAST IN THE MIGUEL MISSION MISSIONS PROCESSES AND IN THE CREATION OF THE MEMORIAL PRESTES SANTO ANGELO COLUMN.

Amilcar Guidolim Vitor<sup>1</sup>  
Sandi Mumbach<sup>2</sup>

**Resumen:** En este artículo buscamos analizar la relación entre patrimonio, memoria y usos del pasado en São Miguel das Missões, en la década de 1980, a través del proceso de emancipación político-administrativa municipal, y en Santo Ângelo, en torno de la Columna Prestes, resultando en la creación de un Memorial en la década de 1990. Análisis que son el resultado de trabajos de maestría ya finalizados y tesis doctorales que están en curso en el Programa de Posgrado en Historia de la Universidad Federal de Santa María (UFSM). Estos estudios buscan comprender las complejas relaciones que la población de la región de Misiones, en Río Grande del Sur, estableció con el pasado, en las últimas décadas del siglo XX, las representaciones sociales producidas y los elementos activados en el proceso de construcción de los discursos que conforman la memoria regional. Se entiende que los campos de la memoria y del patrimonio son espacios de disputa e interés para aquellos que buscarán, en el pasado, elementos de legitimación del presente.

**Palabras-clave:** patrimonio; memoria; discursos; memoria regional.

**Resumo:** Neste trabalho buscamos analisar como se deram as relações entre patrimônio, memória e os usos do passado, em São Miguel das Missões, na década de 1980, através do processo de emancipação político-administrativa municipal, e Santo Ângelo, em torno da Coluna Prestes, resultando na criação de um Memorial na década de 1990. Análises que são fruto de dissertações de mestrado concluídas e teses de doutorado que estão em andamento no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Estes estudos buscam compreender as complexas relações que a população da região das Missões, do estado do Rio Grande do Sul, estabeleceu com o passado, nas décadas finais do século XX, as representações sociais produzidas e os elementos ativados, no processo de construção dos discursos que conformam a memória regional. Entendendo que os campos da memória e do patrimônio são espaços de disputa e de interesses por parte daqueles que irão buscar, no passado, elementos de legitimação do presente.

**Palavras-chave:** patrimônio; memória; discursos; memória regional.

**Abstract:** In this paper we seek to analyze the relationship between cultural heritage, memory and past uses occurred in São Miguel das Missões, in the 1980s, through the process of municipal political-administrative emancipation, and Santo Ângelo, around Prestes Column, resulting on creation of a Memorial in the 1990s. Analysis that are the result of completed master's dissertations and doctoral thesis in progress in the Graduate Program in History of the Federal University of Santa Maria (UFSM). These studies quest to understand the complex relations that the population of the Missions region of the state of Rio Grande do Sul established with the past, in the final decades of the twentieth century, the social representations produced and the elements activated in the process of discourse construction that shape the regional memory. Understanding that the fields of memory and heritage are spaces of dispute and interest by those who will pursue, in the past, elements of legitimation of the present.

**Keywords:** cultural heritage; memory; discourses; regional memory.

---

<sup>1</sup> Professor da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - Campus Santo Ângelo, Brasil, [amilcar\\_vitor@yahoo.com.br](mailto:amilcar_vitor@yahoo.com.br). Doutorando PPGH/Universidade Federal de Santa Maria, integrante da Linha de Pesquisa Memória e Patrimônio.

<sup>2</sup> PPGH/Universidade Federal de Santa Maria, Brasil. [sandimumbach@gmail.com](mailto:sandimumbach@gmail.com) Doutoranda PPGH/Universidade Federal de Santa Maria, integrante da Linha de Pesquisa Memória e Patrimônio, Bolsista CAPES/DS. -

## INTRODUÇÃO

O passado da região das missões<sup>3</sup> do Rio Grande do Sul passou a ser elaborado e interpretado especialmente a partir da década de 1920 com a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Tanto a historiografia quanto as políticas públicas governamentais passaram a reconhecer a influência do período das reduções na formação histórica e cultural rio-grandense, processo esse ampliado com o tombamento do sítio histórico de São Miguel na década de 1930. Muito em função disso, desse período em diante, e especialmente a partir da segunda metade do século XX, desenvolveu-se um processo de construção de uma memória, identidade e patrimônio cultural baseados no passado jesuítico-indígena do período colonial.

Dessa forma, diversos pesquisadores buscaram analisar e compreender as complexas relações com o passado das reduções jesuítico-indígenas que os diversos grupos sociais<sup>4</sup> da região das missões mantiveram ao longo do século XX e ainda mantém na atualidade, através de representações, narrativas e outras formas de acionamento desse passado. Júlio Quevedo (2008), Darlan Marchi (2018), Liane Nagel (2003), Gladis Pippi (2004), Ceres Karam Brum (2005), Roselene Pommer (2008), Muriel Pinto (2011), Rodrigo Miguel de Souza (2013) e Cosete Nascimento (2012) são alguns desses pesquisadores que têm se dedicado a compreender os processos de seleção e representação do passado empreendidos com a intenção de consolidar a memória e reivindicar uma identidade regional, como também os processos de invisibilização resultantes desse processo.

Neste trabalho abordamos como essas relações se deram em São Miguel das Missões e em Santo Ângelo a partir da década de 1980, analisando os casos do processo de emancipação político-administrativa de São Miguel das Missões e o processo de acionamento e usos do passado da Coluna Prestes em Santo Ângelo, resultando na criação de um Memorial na década de 1990. Essas análises são fruto de duas dissertações de mestrado e duas teses de doutorado que estão em andamento no Programa de Pós-Graduação em História da

---

<sup>3</sup> Esta denominação está ligada a uma ideia de territorialidade histórica e cultural relacionada ao passado das sete missões jesuítico-indígenas fundadas na margem oriental do Rio Uruguai entre 1682 e 1707, onde a partir do século XIX em processos de reocupação e repovoamento dos espaços reducionais houve emancipações político-administrativas que criaram cidades como São Borja (1834), Santo Ângelo (1873), São Luiz Gonzaga (1880), São Nicolau (1965) e São Miguel das Missões (1988). Atualmente o que se convencionou chamar região das missões no Rio Grande do Sul não necessariamente leva em consideração toda a extensão dos domínios reducionais do período colonial (o que extrapola inclusive o território rio-grandense) e abrange 26 municípios que formam a Associação dos Municípios das Missões (AMM).

<sup>4</sup> A região é formada por diferentes grupos e classes sociais que estabelecem visões e representações nem sempre homogêneas sobre o passado reducional. São indígenas, pequenos agricultores, latifundiários, empresários, artistas e diversos outros atores sociais que interpretam e reinterpretem não apenas o passado, mas o presente através do patrimônio cultural material, como o sítio arqueológico de São Miguel ou a Catedral Angelopolitana de Santo Ângelo.

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), as quais objetivam analisar e compreender como os usos do passado e as representações sociais contribuem para o processo de construção da memória, do patrimônio e das identidades culturais na região das missões do Rio Grande do Sul.

Como afirma Llorenç Prats (1997), o patrimônio não existe de forma natural, não é algo dado, muito menos um fenômeno social universal, ele é, acima de tudo, uma construção social, um artifício criado por alguém ou por um grupo, em algum lugar e momento, para atender a determinados fins. Para o autor, o patrimônio pode ser entendido como uma invenção, pois são selecionados determinados momentos e elementos do passado para serem ativados, contribuindo para a construção de uma nova realidade, com novos sentidos. Também é construção social, pois é eleito por instituições que possuem a legitimidade conferida pela sociedade, sendo aceito por esta. Para Prats (2005), os processos de ativação patrimonial dependem fundamentalmente dos poderes políticos e de ações de negociação, pois toda ativação patrimonial comporta um discurso. Este processo perpassa primeiramente por ações de seleção, onde, dentre uma gama de elementos patrimoniais, alguns serão selecionados e ativados, escolhidos de acordo com o discurso que se pretende gerar. Aos elementos que possam contradizer esse discurso, resta o esquecimento, a negligência, o silenciamento.

Nestor Garcia Canclini (2000) problematiza também o patrimônio cultural enquanto um campo de disputa entre os grupos sociais, onde estes se relacionam de maneira diferenciada com o patrimônio, pois os grupos participam de maneira desigual na sua formação e manutenção. Conforme o autor:

O patrimônio cultural funciona como um recurso para reproduzir as diferenças entre os grupos sociais e a hegemonia dos que conseguem o acesso preferencial à produção e distribuição dos bens. Para configurar o culto tradicional, os setores dominantes não apenas definem que bens são superiores e merecem ser conservados; também dispõem dos meios econômicos e intelectuais, do tempo de trabalho e de ócio, para imprimir bens de maior qualidade e refinamento (CANCLINI, 2000, p.195).

As décadas finais do século XX foram períodos em que, de maneira geral, voltou-se o olhar para o passado na região das missões, buscando referenciais para alicerçar a construção das memórias, do patrimônio e de uma identidade regional, encontrando no passado jesuítico-indígena do período reducional um referencial fecundo para esse processo. Entretanto, no caso de Santo Ângelo, esses usos do passado também recorreram a um outro período histórico da cidade, voltando-se também para o fato de que o movimento revolucionário da Coluna

Prestes formou-se na região das missões na década de 1920, sendo este passado acionado com a vinda de Luiz Carlos Prestes a cidade em 1984 e com a criação de um Memorial em 1996. Todos esses usos e negociações com o passado vieram acompanhados de um contexto social, político e cultural em que se formou a gênese da globalização, a qual se intensificava e trazia consigo o sentimento de incertezas e perda de referências. Era preciso estabelecer laços, encontrar raízes e vincular-se a um grupo. “Nossa sociedade não teme mais submergir no passado, mas perdê-lo. [...] É preciso ‘tudo conservar’, correndo o risco de desnaturalizar aquilo que pretendemos salvar” (CANDAU, 2012, p. 190).

A estes complexos processos de seleção, usos e ressignificações de elementos do passado na região das missões, especialmente nas décadas finais do século XX, temos voltado o nosso olhar investigativo com o intuito de entender os interesses dos grupos sociais envolvidos nestes processos e as disputas dele decorridas.

### **“ALMEJAM UM RENASCIMENTO”: A EMANCIPAÇÃO DE SÃO MIGUEL DAS MISSÕES.**

O Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo<sup>5</sup> foi declarado Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO em 1983, porém a constituição de São Miguel das Missões enquanto município autônomo ocorreu somente em 1988. Até então, os patrimônios históricos presentes no distrito de São Miguel estavam sob a jurisdição do município de Santo Ângelo. Esse processo de emancipação ocorreu permeado por conflitos entre os grupos políticos locais que se utilizaram dos diversos elementos do passado, especialmente dos patrimônios históricos edificados, para construir discursos que legitimassem suas ações.

Neste processo, os jornais<sup>6</sup> “Tribuna Regional”<sup>7</sup> e “Jornal das Missões”<sup>8</sup>, ambos de Santo Ângelo, tiveram papel fundamental, como principais meios de comunicação escrita do município. O jornal “Tribuna Regional” foi criado sob a liderança de Luiz Valdir Andres, e o “Jornal das Missões” foi criado por Adroaldo Mousquer Loureiro. Ambos empresários e

---

<sup>5</sup> O sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo foi consagrado como o primeiro patrimônio histórico estadual em 1925, foi tombado como patrimônio federal em 1938 e foi o terceiro patrimônio brasileiro incluso na lista dos patrimônios da humanidade pela UNESCO, em 1983. Portanto, a trajetória de preservação de São Miguel acompanha a criação e o desenvolvimento de instituições de preservação no Brasil.

<sup>6</sup> É preciso lembrar também que neste período os jornais e as emissoras de rádio eram as ferramentas mais acessíveis à informação a população, principalmente no interior do estado. Portanto, estes instrumentos adquirem posição central enquanto formadores de opinião pública e na propagação de informações.

<sup>7</sup> O jornal “Tribuna Regional” foi criado em 5 de julho de 1967, contou com periodicidade semanal até 1970, quando passou a circular duas vezes na semana. No final desta década, tornou-se trissemanário.

<sup>8</sup> Entrou em circulação em 15 de junho de 1983, “Em Santo Ângelo, os empreendedores Marcelino Debacco e Adroaldo Mousquer Loureiro sentiam necessidade de alternativa nos meios de comunicação e em abril de 1983 fundaram a gráfica São Miguel (INSTUITUCIONAL. Jornal das Missões, 2017).

figuras proeminentes no cenário político local, o primeiro com sua carreira vinculada ao PDS, e o segundo com uma larga trajetória de participação no PDT.<sup>9</sup>

Neste cenário, o patrimônio histórico edificado de São Miguel passou a ser um elemento de disputa nos embates entre os grupos políticos, materializados através das páginas dos jornais. Durante o ano de 1983, era aguardada a declaração do Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo na lista dos patrimônios da humanidade da UNESCO, conforme proposta iniciada no ano anterior<sup>10</sup>. A longo de todo ano de 1983 foram recorrentes as notícias a respeito do sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo, e do distrito de São Miguel, em ambos os jornais, porém, diferentes eram as formas como os periódicos abordavam o tema.

O jornal “Tribuna Regional” publicou um número muito maior de reportagens e matérias sobre o evento, de maneira geral as notícias demonstravam o contentamento e a euforia das lideranças locais com a concretização da declaratória. Acreditavam que a mesma possibilitaria a inserção do município em um grande roteiro turístico internacional, integrando os patrimônios do período reducional da Argentina e do Paraguai, o qual traria visibilidade à região, concretizando o turismo como a grande saída ao desenvolvimento econômico regional (Tribuna Regional. 10 dez. 1983)<sup>11</sup>. Lideranças políticas e empresariais aproveitavam a euforia para projetarem investimentos no setor turístico, e incentivavam a criação de toda a infraestrutura necessária para receber os milhares de turistas que eram esperados. (Tribuna Regional, 15 dez. 1983)<sup>12</sup>.

Mas enquanto nas páginas do jornal “Tribuna Regional” o clima era de euforia e comemorações sobre a declaração da UNESCO que concretizou-se em dezembro, as páginas do “Jornal das Missões” desferiam duras críticas à maneira como o patrimônio histórico de São Miguel vinha sendo tratado pelas lideranças de Santo Ângelo, e a maneira como os investimentos no turismo vinham sendo direcionados. As reportagens buscavam evidenciar o descaso que o poder público tinha para com o patrimônio histórico de São Miguel, destacando os problemas na preservação das edificações, buscando imprimir sua crítica à maneira como o governo municipal de Santo Ângelo vinha tratando o patrimônio histórico de seu distrito. Em

---

<sup>9</sup> O município de Santo Ângelo foi governado entre 1960 a 1983 por políticos da ARENA. Com o fim do bipartidarismo, as disputas se polarizaram entre PDS (Partido Democrático Social) e PDT (Partido Democrático Trabalhista), tendo o primeiro permanecido no poder de 1982 a 1992.

<sup>10</sup> No ano de 1982, o Secretário de Cultura do MEC, Marcus Vilaça, em visita a Santo Ângelo, anunciou que entregaria a documentação do sítio arqueológico de São Miguel para sua candidatura ao título de Patrimônio da Humanidade pela UNESCO.

<sup>11</sup> Arquivo particular do jornal Tribuna Regional. Prefeito Azeredo acredita em novo fluxo turístico. Tribuna Regional, Ano XVII Santo Ângelo/RS. 10 dez. 1983.

<sup>12</sup> SÃO MIGUEL Patrimônio da Humanidade: Já influi na economia de Santo Ângelo. Tribuna Regional, Santo Ângelo 15 dez. 1983. Caderno especial.

matéria intitulada “Turismo nas Missões, um potencial ainda inexplorado”<sup>13</sup>, o jornal traçou um panorama do estado de conservação das edificações do sítio arqueológico, bem como estabeleceu duras críticas as autoridades responsáveis do município de Santo Ângelo, que segundo ele “*traçam promessas e não as cumprem*”. Recriminava ainda, o fato de as lideranças do município de Santo Ângelo não estarem explorando o imenso potencial turístico do distrito de São Miguel e possuir um total despreparo no trato com o turista. Nesse sentido defendia: “*A redenção econômica de Santo Ângelo está no turismo*”<sup>14</sup>.

Dessa forma, percebe-se que ambos os periódicos tiveram discursos convergentes e divergentes acerca do patrimônio histórico de São Miguel na década de 1980. Convergentes, por que ambos acreditavam no patrimônio histórico como a grande aposta do setor turístico, e este como a grande alternativa ao desenvolvimento econômico regional. E divergentes por que discordavam da forma como o poder público vinha intervindo e utilizando o patrimônio histórico. O potencial turístico regional era discurso comum a ambos, mas a maneira como o grupo que se encontrava à frente do governo municipal lidava com ele, tornava-se ferramenta da crítica oposicionista que, apesar de demonstrar preocupação com a situação do patrimônio histórico, estava mais interessada em utilizá-lo como instrumento de desmoralização do grupo a que se opunha. Desta forma, o patrimônio, mais do que um interesse comum a ambos os grupos, torna-se um objeto de barganha no jogo político, podendo de ser utilizado pelos grupos conforme seus interesses.

Constata-se também que as notícias a respeito do Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo, já sendo Patrimônio da Humanidade, em ambos os periódicos, durante o ano de 1988, foram em número bem inferior que as veiculadas no ano de 1983. Confirmando que, passado o entusiasmo e a euforia em relação à declaração da UNESCO, novamente o patrimônio histórico ganhou papel secundário no jogo político.

As décadas de 1970 e 1980 foram períodos de crise econômica e desfalques no setor agrícola regional e em Santo Ângelo<sup>15</sup>. Os grupos políticos locais depositaram no patrimônio histórico uma esperança para o desenvolvimento turístico e econômico da região. Estes grupos ativaram e utilizaram elementos do passado regional, especialmente dos patrimônios

---

<sup>13</sup> Arquivo particular do Jornal das Missões. Turismo nas Missões: um potencial ainda inexplorado. Jornal das Missões, Ano I, Santo Ângelo/RS. 24 ago. 1983.

<sup>14</sup> Ibidem.

<sup>15</sup> Até a década de 1980 o Município de Santo Ângelo possuía grandes dimensões territoriais, a partir do ano de 1988 o município perdera boa parte de seu território, com a emancipação dos territórios de Eugênio de Castro, São Miguel das Missões e Entre Ijuis: “[...] Este é o ônus da emancipação falou o prefeito Mauro Azeredo, observando que Santo Ângelo perdeu muito, já que 74 % de seu território passou aos três novos municípios.” (Tribuna Regional, 26 jul. 1988).

históricos do sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo, produzindo discursos permeados de interesses.

Nas décadas de 1970 e 1980, de maneira geral, na região das missões, se voltou o olhar ao passado com apelo identitário, em São Miguel das Missões isto ocorreu de maneira diferenciada, pois, enquanto as lideranças e a população de São Luiz Gonzaga, São Borja e São Nicolau produziam comemorações e significações em torno do passado, São Miguel, enquanto distrito, esteve sujeito às ações das lideranças de Santo Ângelo. O patrimônio do distrito era pensado, ressignificado e publicizado por lideranças políticas e intelectuais de Santo Ângelo (POMMER, 2009)<sup>16</sup>.

Enquanto os grupos políticos de Santo Ângelo digladiavam-se, utilizando o patrimônio histórico com instrumento de barganha, no distrito de São Miguel, os grupos políticos locais passaram a se organizar em busca da emancipação político-administrativa. O processo emancipatório iniciou-se no ano de 1978, alongou-se até 1981, sendo neste mesmo ano arquivado, sem motivos explícitos na documentação<sup>17</sup>. Sua ementa trazia os objetivos: “[...] visando à criação do município de São Miguel, antiga capital dos Sete Povos das Missões”<sup>18</sup>. No ano de 1985, um novo processo foi iniciado, anexando a este a documentação do processo anterior, sendo também, a comissão emancipacionista composta por novas lideranças. O processo se prolongou até 1988, tendo, neste ano, atendido a todos os pré-requisitos necessários. Em 29 de abril de 1988, através da Lei Estadual nº 8.584, São Miguel das Missões foi declarado município, passando a gerir-se política e administrativamente.<sup>19</sup>

Os solicitantes apresentavam a necessidade do andamento e conclusão do processo para o “ressurgimento da São Miguel”, afirmando que com a concretização desta seria possível retornar ao progresso e desenvolvimento que o lugar já tivera em outros tempos:

Passados vários anos não diminuiu o ardente desejo de emancipação, ao contrário, mais se avoluma a certeza da necessidade dessa providencia, como imperativo até de ordem internacional, pois, como é público, O MUNDO PROCLAMOU SÃO MIGUEL COMO UM DOS SEUS MONUMENTOS CULTURAIS, não faz muito. Esse fato relevantíssimo, PATRIMÔNIO CUTURAL DA HUMANIDADE, com justiça e merecimento, carregou sobre todos nós a responsabilidade de responder

---

<sup>16</sup> “Afirmava-se que poucas cidades poderiam fazer uso de uma referência como a de 300 anos de fundação. São Borja havia se utilizado deste passado cinco anos antes (1982). Em 1987, além de São Luiz, também São Nicolau e São Miguel poderiam estar comemorando 300 anos. Porém São Miguel das Missões, onde se localiza o sítio considerado Patrimônio Histórico da Humanidade desde 1983, na época era distrito de Santo Ângelo – a emancipação aconteceu em janeiro de 1988, e em São Nicolau o sítio arqueológico carecia de limpezas e pesquisas, que começavam a serem feias pelo IPHAN” (POMMER, 2009, p.231).

<sup>17</sup> O contexto nacional de regime autoritário implicou em alterações na legislação referente aos desmembramentos municipais, tendo em vista uma maior centralização do poder, restringindo as emancipações municipais.

<sup>18</sup> Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Comissão de Constituição Justiça. Cria o Município de São Miguel das Missões. Processo 2258/88-9, de 21 de Abril de 1988.

<sup>19</sup> Ibidem.

positivamente a tão nobre e significativo gesto internacional. Seria extremamente lamentável que outras pretensões emancipacionistas, ainda que merecidas, viessem a frustrar SÃO MIGUEL das suas condições mínimas naturais, que a própria história lhe reservou. [...] (ASSEMBLÉIA Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1988).

As lideranças do distrito, aspirando à autonomia do lugar, embasaram seus discursos no passado e no patrimônio histórico, buscando assim, justificar a importância da emancipação do lugar. Para referirem-se a São Miguel, utilizavam a designação de Capital das Missões, ou Capital dos Sete Povos, baseando-se no imaginário popular que consolidou São Miguel Arcanjo como o mais pujante dos Sete Povoados reducionistas. Nas páginas do processo, ativaram elementos que ressaltassem a grandiosidade e o dinamismo que o lugar possuía em tempos remotos, buscando fundamentar o argumento da necessidade da emancipação político-administrativa local. O patrimônio histórico edificado, reconhecido internacionalmente, foi usado como testemunha deste passado, e a emancipação político-administrativa foi posta como a única saída possível para o “renascimento” do lugar, trazendo “de volta” a prosperidade e o progresso do passado (ASSEMBLÉIA Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1988).

Portanto, o processo emancipatório de São Miguel, além de marcar a autonomia política e administrativa do lugar, implicou também em uma nova relação das lideranças locais com o patrimônio histórico edificado, pois estes passaram também a gerir, pensar, organizar e produzir significações com o patrimônio histórico local. Após o desmembramento as ações culturais e turísticas passaram a ser organizadas pelo poder público local de São Miguel, e não mais pelas lideranças santo-angelenses.

Percebe-se que o patrimônio histórico de São Miguel das Missões despertou o interesse das lideranças de Santo Ângelo no momento em que foi vislumbrado como uma possibilidade ao desenvolvimento turístico e econômico. A partir disso, foi ativado, utilizado e negociado nos processos discursivos dos grupos políticos que acreditavam que o turismo em torno destes traria o almejado desenvolvimento econômico local. Em São Miguel das Missões, da mesma forma, o patrimônio histórico edificado foi utilizado como justificativa para a emancipação municipal, onde se acreditou também, que este traria desenvolvimento ao lugar. O período colonial era invocado como um período próspero, e o retorno dessa prosperidade foi usado como justificativa para a emancipação político-administrativa pelos grupos.

Portanto, verifica-se que o patrimônio histórico de São Miguel das Missões passou por diversos processos de ativação, apropriação, ressignificação, negociação e principalmente utilização. Esta utilização foi feita com diversas finalidades, a primeira delas e a que melhor se evidencia, é como alternativa ao desenvolvimento econômico local, a partir do

entendimento das lideranças locais de que o patrimônio histórico consistia em um potencial turístico a ser explorado. Este processo foi protagonizado por uma elite econômica e política que geriu e criou discursos sobre o patrimônio histórico regional, excluindo deste processo outros coletivos, revelando as relações de poder que envolveram os processos de ativação do patrimônio histórico regional. Estas relações desiguais de poder, que ocorrem nos processos de construção da memória coletiva geram a invisibilização de outros grupos existentes na região. Por isso, retomamos a ideia de Canclini (2000) que aponta o patrimônio cultural como um campo de disputa entre os grupos sociais, onde estes se relacionam de maneira diferenciada com o patrimônio, pois os grupos participam de maneira desigual na sua formação e manutenção. (CANCLINI, 2000, p.195). Nesse sentido, entendemos o patrimônio edificado remanescente do período colonial em São Miguel das Missões como um campo de disputas entre grupos sociais e políticos, que manipularam e produziram discursos em torno deste patrimônio nas décadas finais do século XX, produzindo e reproduzindo invisibilizações e desigualdades.

## OS USOS DO PASSADO DA COLUNA PRESTES EM SANTO ÂNGELO

A Coluna Prestes foi um movimento revolucionário da década de 1920 liderado por militares do Exército, importante no processo de desestabilização do sistema político da Primeira República (1889-1930). Percorreu o Brasil com aproximadamente 1.500 pessoas entre dezembro de 1924 e fevereiro de 1927, fazendo um trajeto de mais de vinte mil quilômetros visando à deposição dos presidentes Artur Bernardes e Washington Luís. Sua origem está diretamente relacionada ao movimento tenentista<sup>20</sup>, dissidência política e militar em relação à eleição de Artur Bernardes para a presidência da República em 1922. Em julho do mesmo ano, militares, sobretudo de baixa patente, lideraram um movimento rebelde que visava impedir a posse do presidente eleito. Planejada para ser uma ação nacional, a insurreição ficou limitada ao Rio de Janeiro e ao Forte de Copacabana, onde os rebeldes ficaram isolados e foram desarticulados pelas forças do governo federal.

Após o movimento, a maioria dos militares envolvidos foi expulsa das Forças Armadas, presos ou transferidos para outros estados e unidades do Exército. Entre eles, o capitão Luiz Carlos Prestes, que viria a se tornar em importante líder estratégico da Coluna

---

<sup>20</sup> O movimento tenentista se desenvolveu principalmente a partir de 1922 em oposição aos governos dos presidentes Epitácio Pessoa e, posteriormente, Artur Bernardes. Levava esta denominação pelo fato de seus participantes serem, em sua maioria Tenentes e Capitães do Exército (PRESTES, 1997, p. 69). De acordo com Borges (1992, p. 20), a designação de ‘tenentes’ surge em 1931, quando o termo “tenentismo” se generaliza, referindo-se a uma “corrente”, um “partido dos tenentes”, que é visto como muito forte na cena política.

que percorreu o Brasil. Prestes foi transferido para o Rio Grande do Sul em outubro de 1922 como forma de punição a sua participação nas conspirações de julho do mesmo ano, que resultaram nas ações do primeiro levante tenentista no Rio de Janeiro (PRESTES, 2015, p. 37). No estado a missão do capitão engenheiro era exercer a chefia da Comissão Fiscalizadora da Construção de Quartéis na região noroeste, mais especificamente nas cidades de Santo Ângelo, Santiago do Boqueirão e São Nicolau.

Entretanto, foi a partir de 1924 que as ações militares de Luiz Carlos Prestes em relação à contestação do regime político vigente no país tiveram maior destaque. Em outubro deste ano Prestes liderou um levante rebelde no 1º Batalhão Ferroviário de Santo Ângelo. Outros quartéis do Rio Grande do Sul também se sublevaram dando continuidade às rebeliões tenentistas que já haviam iniciado em São Paulo no mês de julho. Após assumir o posto de comandante do movimento, Prestes e outras lideranças organizaram a tropa revolucionária em São Luiz Gonzaga e, sendo acossados por efetivos legais do governo do Estado, passaram a empreender marcha em direção ao Paraná onde estava o efetivo paulista do movimento. A unificação de tropas rio-grandenses e paulistas aconteceu em abril de 1925. Entretanto, em função de estarem constantemente sob perseguição por parte de efetivos militares do governo, os rebeldes passaram a efetivar deslocamentos sobre o território brasileiro.

Após mais de dois anos de marcha e inúmeros combates entre tropas rebeldes e governistas, os líderes da Coluna resolveram buscar novos caminhos para o movimento. O presidente do país já era Washington Luís quando em fevereiro de 1927 a Coluna entrou na Bolívia dando fim a uma marcha que percorreu aproximadamente 25 mil quilômetros, passando de sul a norte por diversos estados brasileiros, chegando a adentrar territórios do Paraguai, até a chegada em Santa Cruz de La Sierra. Sobre a situação que levou o efetivo a se refugiar na Bolívia, Luiz Carlos Prestes diz o seguinte: “Precisávamos estudar para compreender as causas de como em um país tão rico como o nosso, o povo pode viver em tão grande miséria. Foi por isso que pensamos: estava chegando o momento de terminarmos a luta [...]” (MEIHY; BIAZO, 2002, p. 66).

Depois da epopeia da Coluna, Prestes refugiou-se na Argentina e no Uruguai, rompeu com os tenentes quando estes aderiram a Aliança Liberal que indicou o nome de Getúlio Vargas a presidência da República em 1930, e em 1934 ingressou no Partido Comunista do Brasil (PCB) indo para a União Soviética. Retornou ao Brasil em 1935 para liderar o movimento revolucionário contra o governo de Getúlio Vargas, o que lhe custou quase 10 anos de prisão incomunicável. Sua companheira Olga Benário foi deportada grávida para a Alemanha e morta nos campos de extermínio nazistas em 1942. Com o fim do Estado Novo

foi anistiado em 1945 e eleito senador da República. Participou da constituinte em 1946 e teve seu mandato cassado em 1948. A partir desse ano viveu períodos de clandestinidade e exílio, aprofundados em 1964 com o golpe civil-militar e a implantação da ditadura. Com a anistia em 1979 pôde retornar ao Brasil. Em março de 1980 Prestes divulgou sua *Carta aos Comunistas*, documento onde expôs divergências com a direção do PCB. Posteriormente, deixou de ocupar o cargo de Secretário-Geral do partido e no restante dos anos 1980 dedicou-se a percorrer o Brasil expondo sua visão sobre a condição do país, o processo de redemocratização e a necessidade de uma revolução socialista. Faleceu em março de 1990 aos 92 anos de idade (PRESTES, 2015).

No período em que Prestes viajava o Brasil na década de 1980, em 1984 foi convidado a estar em Santo Ângelo participando do evento “*Coluna Prestes: 60 anos depois*”. Nos anos 1980 a cidade estava em pleno processo de elaboração do seu passado jesuítico-indígena e a vinda de Prestes, bem como a realização do evento em memória aos 60 anos da Coluna Prestes, marca o início de um processo que vai culminar na implantação do Memorial Coluna Prestes em 1996. Ou seja, Santo Ângelo passa a acionar não apenas seu passado jesuítico-indígena, mas também outro passado mais recente, porém bem mais conflituoso do ponto de vista político e ideológico.

A vinda do ex-comandante da Coluna aconteceu em um período marcado pelo processo de transição do regime militar para a redemocratização política no Brasil. “A iniciativa de convidar Prestes para um encontro em Santo Ângelo foi idealizada, inicialmente, pela Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos de Santo Ângelo (SENASA)” (MEIHY; BIAZO, 2002, p. 13). O objetivo do encontro era evidenciar as obras de infraestrutura realizadas por ele quando de sua atuação como capitão engenheiro em Santo Ângelo entre 1922 e 1924. Entretanto, tendo em vista o contexto social da época e a importância política de Luiz Carlos Prestes, o evento acabou ganhando proporções maiores e passou a contar com o apoio da Fundação Missioneira de Ensino Superior (FUNDAMES) através do seu presidente na época, Clowis Apollo Mitri, mobilizando a comunidade acadêmica a participar do evento que rememoraría os 60 anos do início do movimento rebelde que deu origem a Coluna Prestes nos anos 1920 (MEIHY; BIAZO, 2002, p. 13).

Naquele período, a presença de Prestes era requisitada em vários lugares do Brasil por instituições, meios de imprensa e intelectuais preocupados com os desdobramentos políticos do país. Porém, aquele ainda era um período desconfortável para ideias e propostas que pretendiam enfrentar os setores conservadores da sociedade que apoiavam a permanência do regime militar (MEIHY; BIAZO, 2002, p. 14). Na época, o próprio município de Santo

Ângelo vinha de quatro administrações no executivo ligadas a Aliança Renovadora Nacional (ARENA)<sup>21</sup> entre 1969 e 1982, e três, entre 1982 e 1992, incluindo a gestão de 1984, do Partido Democrático Social (PDS)<sup>22</sup>. Na Câmara de Vereadores o cenário não era muito diferente na legislatura 1983-1988, sendo 11 dos 21 vereadores, membros da bancada do PDS.

Neste contexto, “[...] o retorno de Prestes a Santo Ângelo foi, contudo, um evento polêmico em nível local, pois havia sido marcado pela resistência das alas mais conservadoras da cidade [...]” (MEIHY; BIAZO, 2002, p. 14). A negativa deste grupo ficou explícita quando, “[...] a Câmara Municipal de Vereadores negou o título de cidadão santo-angelense a Prestes, durante aquela sua visita à cidade” (MEIHY; BIAZO, 2002, p. 15). De acordo com Meihy e Biazio (2002, p. 15): “[...] a petição idealizada pela vereadora Denise Galeazzi e encaminhada, a seu pedido, pelo vereador Adroaldo Mousquer Loureiro, não tinha conseguido aprovação, tendo recebido dez votos favoráveis, nove contrários e uma abstenção. [...]”.

O grupo político liderado pelos vereadores Denise Galeazzi e Adroaldo Loureiro entendia que a recepção a Prestes em Santo Ângelo e as homenagens que deveriam ser prestadas eram legítimas, tendo em vista o caráter revolucionário que a Coluna Prestes teve na década de 1920 e ao fato desse processo ter sido, segundo eles, iniciado em Santo Ângelo quando Prestes servia no 1º Batalhão Ferroviário. Assim, era importante para este grupo não apenas homenagear o Prestes comandante da Coluna, mas reconhecer sua representatividade política em um período marcado pelas lutas a favor da redemocratização do país. Dessa forma,

[...] Trata-se de dois momentos históricos, é evidente, mas a retomada da façanha de 1924 ganha também um peso simbólico, de uma nova coluna, na medida em que metaforiza uma pretensa nova marcha pelo país. Como se a Coluna Prestes em 1984 fosse um movimento que partindo de Santo Ângelo percorresse o Brasil, a intenção do encontro deixa de lado o valor laudatório e assume um caráter militante (MEIHY; BIAZO, 2002, p. 92).

Levando-se em consideração esse momento político em que a redemocratização era uma bandeira dos setores que faziam oposição a continuidade dos militares no poder, havia na presença de Prestes em Santo Ângelo um significado e um simbolismo marcante, na medida em que dez anos antes, quando do cinquentenário da Coluna, não havia a menor possibilidade de um evento desta magnitude ser realizado, não apenas pelos significados do Prestes

---

<sup>21</sup> Partido político criado em 1965 com o objetivo de dar sustentação política a ditadura militar.

<sup>22</sup> Partido político criado em 1980 após o fim do bipartidarismo implantado pelo regime militar em 1964. É considerado como um partido sucessor da ARENA.

revolucionário dos anos 1920, mas, sobretudo, em função do Prestes revolucionário ligado ao Partido Comunista após a década de 1920. Reside aí a motivação para a negativa da concessão do título de cidadania honorária por parte da Câmara de Vereadores de Santo Ângelo em 1984.

Doze anos depois deste evento e cinco anos após o falecimento de Luiz Carlos Prestes, em dezembro de 1996 foi inaugurado em Santo Ângelo o Memorial Coluna Prestes. O prefeito da época era Adroaldo Mousquer Loureiro, do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Loureiro recorda que “[...] como prefeito, inclusive eu conversava muito com a Gládis (Diretora do Museu Municipal) sobre isso. Resgatar essa história toda que é uma coisa importante, pra cultura, até mesmo pro próprio turismo nosso [...]”<sup>23</sup>. Loureiro fora um dos vereadores que em 1984 propôs a concessão do título de cidadania honorária de Santo Ângelo a Luiz Carlos Prestes.

A idealização e implantação do Memorial Coluna Prestes em Santo Ângelo foi liderada por Adroaldo Loureiro, Gládis Pippi, coordenadora do museu municipal José Olavo Machado e contou com a colaboração da família de Luiz Carlos Prestes ligada ao seu casamento com Maria do Carmo Ribeiro Prestes<sup>24</sup>, especialmente através de um dos filhos do casal, Luiz Carlos Prestes Filho. Por meio do trabalho e esforços deste grupo o Memorial foi inaugurado em 17 de dezembro de 1996 na sede da antiga estação ferroviária de Santo Ângelo (Figura 1), prédio tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul (IPHAE).

---

<sup>23</sup> Arquivo de Entrevistas do Centro de Cultura Missioneira (CCM) localizado em Santo Ângelo/RS no campus da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI).- Depoimento oral concedido por Adroaldo Mousquer Loureiro à Claudete Boff e Dione Mello Lenz, em 06/11/1998.

<sup>24</sup> Luiz Carlos Prestes teve um relacionamento com Olga Benário, militante comunista que veio o acompanhando ao Brasil para a organização de um movimento revolucionário contra o governo de Getúlio Vargas em 1935. Prestes e Olga foram presos, sendo ela deportada grávida dele para a Alemanha nazista, onde foi executada no campo de extermínio de Bernburg em 1942. A filha do casal, Anita Leocádia Prestes, foi libertada e ficou sob os cuidados da avó paterna, Leocádia Prestes. Posteriormente, Prestes casou-se com Maria do Carmo Ribeiro Prestes, com quem teve mais sete filhos.

**Figura 1** – Prédio da antiga Estação Ferroviária de Santo Ângelo, inaugurado em 1921. Desde 1996 abriga o Memorial Coluna Prestes e o Museu Ferroviário.



Fonte : Fotógrafo: Amilcar Guidolim Vitor (2018).

Entretanto, a implantação do Memorial Coluna Prestes em 1996 não foi uma unanimidade na comunidade santo-angelense. A iniciativa partiu de um grupo político representado pelo prefeito Adroaldo Loureiro que acreditou nos benefícios culturais e econômicos que o local poderia trazer para Santo Ângelo, especialmente em um momento em que também se ativava o passado histórico do período jesuítico-indígena da cidade. Por outro lado, ainda eram sentidos nos anos 1990 os resquícios dos embates políticos de 1984, assim como a resistência em relação à trajetória política de Luiz Carlos Prestes no PCB.

Prevendo o aproveitamento cultural do Memorial Coluna Prestes a imprensa santo-angelense fazia projeção de como o local seria útil: “Formado pelas duas obras de arte e mais um completo museu o Memorial santo-angelense se tornará uma visita obrigatória para uma vasta legião de pessoas que querem conhecer cada vez mais sobre a história de Prestes” (JORNAL DAS MISSÕES, 1996, p. 02).

Principalmente o periódico *Jornal das Missões*, de propriedade da família do prefeito Adroaldo Loureiro, comemorava os benefícios que o Memorial traria para Santo Ângelo. Tais benefícios não estavam relacionados apenas ao desenvolvimento cultural da cidade através da valorização do passado em um novo lugar de memória, mas, fundamentalmente, tratava-se de benefícios econômicos com o desenvolvimento do turismo na cidade, agregando novos pontos de referência turística ao município. O jornal evidenciava o seguinte:

Outro aspecto a ser destacado nessa iniciativa da administração municipal de Santo Ângelo em homenagear a Coluna Prestes é a atração turística em que se constituirá o Memorial. O monumento colocado na Avenida Ipiranga é a única obra projetada pelo mais importante arquiteto do país, Oscar Niemayer, situada no Rio Grande do Sul e isso, além da importância histórica e cultural, vale como atrativo. É de se destacar que projeto de Niemayer não teve custo nenhum para o município, foi doado pelo arquiteto que foi companheiro de partido e admirador confesso do “Cavaleiro da Esperança” (JORNAL DAS MISSÕES, 1996, p. 02).

No que se refere às resistências em relação à trajetória política de Luiz Carlos Prestes especialmente no comunismo brasileiro, o professor Valmir Muraro, que em 1984 participou do evento *Coluna Prestes: 60 anos*, relata a jornalista Fabieli Meotti a ideia que se tinha acerca do comunismo.

Os comunistas eram vistos como pessoas de uma periculosidade até assustadora. Eu lembro que nas escolas depois de 64, antes do início das aulas a gente rezava pedindo a Deus que nos libertasse das ameaças do comunismo. As professoras diziam que o comunismo viria tirar os animais e as terras dos colonos. Certamente esta visão anticomunista associada à figura de Prestes o transforma num vilão (MEOTTI, 2009, p. 05).

Não apenas o preconceito que se tinha em relação à orientação política de Luiz Carlos Prestes, mas também a contrariedade em relação a sua presença em Santo Ângelo ficou comprovada com a negativa do título de Cidadão Honorário em 1984. Apesar de terem existido manifestações e representações a favor e contra a presença de Luiz Carlos Prestes em Santo Ângelo em 1984 ou em relação ao Memorial Coluna Prestes nos anos 1990, o fato é que o passado da Coluna Prestes passou a ser acionado em Santo Ângelo em um momento em que a cidade elaborava e também se utilizava do passado das missões jesuítico-indígenas como forma de construir não apenas sua identidade, mas também expressões do patrimônio cultural.

Mesmo que o Memorial Coluna Prestes esteja afirmado na cidade de Santo Ângelo enquanto um espaço de memória e de ressignificação do passado, de usos culturais, econômicos ou políticos, ele ainda é um espaço que gera debate e representações contra o local. Assim como houve manifestações a favor de sua criação e que o estabeleceram como expressão do patrimônio cultural de Santo Ângelo, também quem foi contrário à iniciativa na década de 1990 procurou representá-lo como algo negativo para a cidade baseado principalmente em suas ideologias políticas contrárias a que foi seguida por Luiz Carlos Prestes em praticamente toda a sua atuação como homem público no Brasil.

A grande diferença entre o processo de negociação e usos de um ou outro passado reside no fato de que a história e a memória da Coluna Prestes envolve questões de cunho político e ideológico, principalmente porque está relacionada a um movimento insurgente

contra o Estado como foi a Coluna Prestes e a trajetória política de Luiz Carlos Prestes no comunismo a partir dos anos 1930. Neste contexto, acionar o passado das missões se tornou algo bem menos conflituoso no que se refere às disputas pela memória e o patrimônio que, no caso da Coluna Prestes deixa marcas até os dias de hoje, especialmente no contexto político que o Brasil vive desde a segunda metade dos anos 2010.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Recorrer ao passado como forma de (re)construir memórias, identidades e expressões do patrimônio cultural é uma das principais estratégias adotadas por comunidades, instituições públicas ou privadas, assim como governos. Os campos da memória e do patrimônio são polissêmicos, existindo múltiplas interpretações acerca de seus significados. Porém, entendê-los como espaços de disputa e de interesses por parte daqueles que irão buscar no passado elementos de legitimação do presente, é indispensável para as ciências sociais e humanas.

O processo que resultou na emancipação político administrativa de São Miguel das Missões em 1988 gerou debates e questionamentos. De maneira geral, a todos os grupos interessou ativar, do passado, apenas os elementos positivos, capazes de embasarem seus discursos de progresso e desenvolvimento. Nesse contexto, o patrimônio histórico edificado do sítio arqueológico de São Miguel, e diversos outros elementos do passado colonial foram ativados, ressignificados e utilizados pelos grupos. São Miguel Arcanjo era apresentada como a “Capital dos Sete Povos”, curiosa, exótica, enquanto Santo Ângelo passou a ser apresentada como a “Capital Missioneira” do presente, pelo seu dinamismo e progresso. Esses grupos, ao disporem de recursos econômicos, cargos públicos e espaço nos meios de comunicação, foram responsáveis por empreender processos de negociação com representações da história do período reducional, imprimindo discursos na formação da memória coletiva regional. A valorização do patrimônio histórico se deu a partir da compreensão de que este seria o grande atrativo turístico regional, capaz de fomentar a economia e o desenvolvimento.

As lideranças do distrito de São Miguel, aspirando à autonomia do lugar embasaram seus discursos no passado e nos patrimônios históricos do lugar. Narraram este passado, ressaltando os elementos que indicassem a grandiosidade e o dinamismo que o lugar tivera outrora, e a emancipação político-administrativa foi posta como a única saída possível ao “renascimento” do lugar, acreditando que a prosperidade e progresso do passado poderiam ser revividos. Portanto, o processo de desmembramento de São Miguel como município autônomo, além de marcar a autonomia política e administrativa do lugar, implicou também em uma nova relação dos sujeitos locais com o patrimônio histórico edificado, pois estes

passaram a pensar ações e produzir também significações em torno do patrimônio histórico do lugar.

No município de Santo Ângelo esse processo não foi diferente. Inicialmente, o passado a ser acionado e que serviu como referência para a construção da memória, identidade e expressões de um patrimônio batizado como missioneiro, foi o passado das reduções jesuítico-indígenas. A partir da década de 1920 esse passado passou a ser reconhecido como parte do processo de construção cultural e territorial do Rio Grande do Sul, ao mesmo tempo em que foi inserido em um projeto de construção do Estado Nacional brasileiro, especialmente a partir do governo de Getúlio Vargas na década de 1930, reconhecendo e protegendo o sítio arqueológico de São Miguel como patrimônio histórico. Em Santo Ângelo não houve tempo para que isso fosse possível, na medida em que na década de 1920 praticamente nada restava da estrutura da redução de San Angel Custódio. Daí a importância do distrito de São Miguel, que até a década de 1980, serviu como elemento legitimador e agregador da identidade missioneira dos santo-angelenses.

Exatamente nesse período, anos 1980, se passou a acionar outro período histórico em Santo Ângelo. O passado da Coluna Prestes passou a ganhar atenção por parte das instituições públicas e acadêmicas com a realização do evento “*Coluna Prestes: 60 anos depois*”. Nos anos 1990 foi inaugurado o Memorial Coluna Prestes ratificando o acionamento e uso desse passado. Entretanto, ao contrário dos referenciais históricos do período reducional, o passado da Coluna Prestes mostrou-se menos agregador na medida em que a atuação política de Luiz Carlos Prestes ao longo do século XX, especialmente após a sua adesão ao Partido Comunista do Brasil nos anos 1930, passou a significar rejeição por parte daqueles que viam no comunismo um perigo a estabilidade social e política do Brasil, ainda sob a tutela dos militares em uma ditadura iniciada em 1964.

Muito em função disso, o passado da Coluna Prestes, a trajetória política de Luiz Carlos Prestes e, especialmente, o Memorial Coluna Prestes, foram vistos de maneira ambígua. Ao mesmo tempo em que este espaço era representado como um “*resgate*” da história de Santo Ângelo e uma ferramenta para o desenvolvimento do município através do turismo, também era associado ao comunismo da biografia política de Luiz Carlos Prestes, sendo esse um argumento para sua negação por parte de grupos políticos contrários a sua existência.

Com a perda do distrito de São Miguel emancipado em 1988 e, conseqüentemente, do sítio histórico e arqueológico que durante tanto tempo foi o principal elemento simbólico da identidade missioneira, Santo Ângelo teve de, a partir da década de 1990, se reinventar no que

se refere às suas estratégias e políticas públicas de memória e patrimônio. Neste contexto, o passado da Coluna Prestes passou a representar um “fato novo” nesse processo, mesmo com todas as visões e representações que evidenciaram contradições no entendimento da legitimidade e relevância de se acionar especificamente este período da história de Santo Ângelo. Não significa dizer que na cidade o passado jesuítico-indígena tem mais legitimidade ou é mais valorizado em relação ao passado da Coluna Prestes. O que se pode dizer é que o passado do período colonial é representado de maneira menos problemática e conflituosa em relação ao passado do período republicano.

## BIBLIOGRAFIA

BORGES, Vavy Pacheco. 1992. **Tenentismo e revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense. 259p. ISBN 85-11-13107-0.

BRUM, Ceres Karan. 2006. **“Esta terra tem dono”: representações do passado missioneiro no Rio Grande do Sul**. Santa Maria: Editora da UFSM. 280p. ISBN 85-7391-077-1.

CANCLINI, Nestor Garcia. 2000. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 392p. ISBN 97-8853-14-038-28.

HUYSSSEN, Andreas. 2014. **Culturas do passado-presente: modernismo, artes visuais, políticas da memória**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto. 216p. ISBN 97-8857-86-609-87.

INSTUITUCIONAL. **Jornal das Missões**. Santo Ângelo/RS. Acesso, em: 09/10/2017. Disponível em: <http://www.jornaldasmissoes.com.br/historia>.

JORNAL DAS MISSÕES. 1996. **“Editorial - Memorial a Prestes resgata a História”**. Santo Ângelo, nov., 28, Jornal das Missões, p. 02.

JORNAL DAS MISSÕES. **Turismo nas Missões: um potencial ainda inexplorado**. **Jornal das Missões**. Ano I, Santo Ângelo/RS. 24 ago. 1983.

MARCHI, Darlan de Mamann. 2018. “A relação dos santo-angelenses com o seu patrimônio: entre a exaltação do passado e as adversidades da preservação no presente”. In: BORCHARDT, Juliani; MARCHI, Darlan de Mamann; VITOR, Amilcar Guidolim (org.). **Santo Ângelo em foco: ensaios sobre memória e patrimônio cultural**. Santo Ângelo: FuRI. p. 79-98. ISBN 978-85-7223-504-4.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; BIAZO, Glauber Cícero Ferreira. 2002. **O retorno de Luiz Carlos Prestes a Santo Ângelo**. Santo Ângelo: Ediuri. 104p. ISBN 85-7223-065-3.

MEOTTI, Fabieli. 2009. **“Ele nunca se conformou em aceitar a situação”**. Santo Ângelo, jul., 25, Jornal das Missões, p. 05.

NAGEL, Liane Maria. 2003. **As Missões Guarani-Jesuíticas no imaginário e nas representações das Artes Visuais do Rio Grande do Sul, segunda metade do século XX.** Tese de Doutorado. UFRGS, História.

NASCIMENTO, Cosete. 2012. **Um olhar sobre o patrimônio cultural de Bossoroca – RS.** Dissertação de Mestrado em Patrimônio Cultural. UFSM, Patrimônio Cultural.

OGLIARI, Eleno. 2000. **Missões jesuítico-guaranis: patrimônio e memória.** Dissertação de Mestrado em Integração Latino Americana. UFSM, Ciências Humanas.

PINTO, Muriel. 2011. **A construção da identidade missioneira no Rio Grande do Sul e as políticas culturais no Sul do Brasil.** Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional, UNISC, Ciências Sociais.

PIPPI, Gladis Maria. 2004. **Paisagens do eterno: os lugares de memória missioneira.** Dissertação de Mestrado em Integração Latino Americana. UFSM, Ciências Humanas.

POMMER, Roselene Moreira Gomes. 2008. **Misionerismo: a produção de uma identidade regional.** Tese de Doutorado, UNISINOS, História.

POMMER, Roselene Moreira Gomes. 2009. **Misionerismo: história da produção de uma identidade regional.** Porto Alegre/RS: Martins Livreiro. 266p. ISBN 98-85-7537-096-4.

PRATS, Llorenç. 2005. **Concepto y gestión del patrimonio local.** Universidade de Buenos Aires. Cadernos de Antropologia Social. Nº 21. P. 17-35. ISSN 0327-3776.

\_\_\_\_\_. Llorenç. 1997. **Antropologia y Patrimonio.** Barcelona: Editorial Ariel S.A. 171p. ISBN 8434422115.

PRESTES, Anita Leocádia. 1997. **A Coluna Prestes.** 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 499p. ISBN 85-11-13104-3.

\_\_\_\_\_. 2015. **Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro.** São Paulo: Boitempo. 558p. ISBN 978-85-7559-449-0.

SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo dos. 2008. “Festa nas missões: os trezentos anos de Santo Ângelo (1706 – 2006)”. In: MILDNER, Saul Eduardo Seiguer. **Recortes da história brasileira.** Porto Alegre: Martins Livreiro. p. 189-205. ISBN 978-85-7537-072-8.

SOUZA, Rodrigo Miguel de. 2013. **Missioneiros, morenos e negros: identidades, representações e invisibilidade na região das missões, RS.** Dissertação de Mestrado em Educação nas Ciências, UNIJUI, Educação.

TRIBUNA REGIONAL. 1988. **Novos municípios e os encargos das emancipações.** Tribuna Regional, Ano XXII, Santo Ângelo, 26 jul. 1988. p. 03.

TRIBUNA REGIONAL. 1983. **Prefeito Azeredo acredita em novo fluxo turístico.** Tribuna Regional, Ano XVII Santo Ângelo/RS. 10 dez.

TRIBUNA REGIONAL. 1983. **São Miguel Patrimônio da Humanidade: Já influi na economia de Santo Ângelo.** Tribuna Regional, Santo Ângelo 15 dez.

## **FONTES DOCUMENTAIS**

ASSEMBLEIA Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. **Comissão de Constituição e Justiça**. Cria o Município de São Miguel das Missões. Processo 2258/88-9, 21 abr. 1988.

ARQUIVO de Entrevistas do Centro de Cultura Missioneira (CCM) localizado em Santo Ângelo/RS no campus da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI). **Depoimento oral concedido por Adroaldo Mousquer Loureiro à Claudete Boff e Dione Mello Lenz, em 06/11/1998.**